**PROCESSO**: **n º** 1206-007378/2016

**INTERESSADO:** Luiz Alberto Alves Teixeira e Outros

**Assunto:** Indenização por apreensão de arma de fogo

Trata-se de **Processo Administrativo nº 1206-7378/2016**, em 01 (um) volume, com 27 (vinte e sete) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensão de arma de fogo, realizado por Luiz Alberto Alves Teixeira – Cb PM – Matrícula nº 120087-9, Jéssica Alves Viana – Sd PM – Matrícula nº 1266-1, Orlando Dorta de Carvalho – Sd PM – Matrícula nº 593-2, José Hamilton Silva Santos – Sd PM – Matrícula nº 478-2, no valor de R$520,00 (quinhentos e vinte reais), para ser rateado igualmente entre eles.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 1206-007378/2016, restringiu-se a instrução do processo pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo e drogas, encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013. Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 27).

2.1. Observa-se Requerimento nº 048/2016-4º BPM do Cb PM Luiz Alves – Cmt da Guarnição, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogos, listando os requerentes participantes da apreensão (fls.02/03).

2.2. Foi acostada cópia do Auto de Prisão em Flagrante e declarações de: John David da SIlva (fls.04/07).

2.4. Foi acostada cópia do auto de apresentação e apreensão aproximadamente 30g (trinta gramas), de uma substância de cor branca, aparentando ser cocaína, aproximadamente 98g (noventa e oito gramas), de uma substância de aparentando ser crack, distribuída em pedras, 01 (um) revólver da marca Taurus, calibre 38, nº 324143, 04 (quatro) munições cal.38 e outros (fls. 08/10).

2.5. Foram acostadas as cópias da carteira funcional dos militares e documentos pessoais (fls. 11/14).

2.6. Observa-se Declaração informando onde os militares relacionados estão lotados, e que são policiais militares do serviço ativos (fls.15).

2.7. Constata-se Despacho nº 1174/2016 – GSCG/ASS, encaminhando os autos a Secretaria de Segurança Pública, para providenciar a indenização devida aos militares (fls.16).

2.8. Verifica-se Certidão da lavra da Secretária Executiva de Pol. da Segurança Pública, informando que o processo encontra-se devidamente instruído para pagamento (fls. 17).

2.9. Observa-se cópia da Portaria nº 125/GSEP/2017, datada de 09/12/2016, de lavra da Secretária Executiva de Pol. da Segurança Pública (fls. 18)

2.10. Verifica-se o Despacho nº 318/SUPOFC/2017, datado de 21/02/2017, da Superintendente do Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade, informando que em virtude da publicação do Decreto nº 51.828, de 27/01/2017, solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites (fls.19).

2.11. Observa-se publicação no DOE/AL do Decreto nº 51.828 de 27 de janeiro de 2017, datada de 30/01/2017 (fls.20/22).

2.12. Constata-se Despacho nº 0526/GS/AE/2017 que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17, e sua publicação no DOE/AL (fls. 23/24).

2.13. Observa-se cópia do Despacho nº 0526/GS/AE/2017, publicado no DOE/AL, datada de 28/03/2017, (fls. 25).

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$520,00 (quinhentos e vinte reais).

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“*a*“**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento.

Maceió-AL, 05 de maio de 2017.

Viviane Rocha Luna do Nascimento

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 114-7**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**